

Governo e empresários discutem ZPE no Estado

O Governo do Estado realizou ontem o seminário "As Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) e o Desenvolvimento da Economia Capixaba". O objetivo foi reativar a discussão com os empresários sobre a implantação de uma ZPE no Estado. Ao encontro, promovido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedes) e Sebrae-ES, compareceram cerca de 60 empresários locais, além de técnicos da Secretaria Nacional do Desenvolvimento Regional (SDR). O governador Albuíno Cunha de Azeredo demonstrou confiança do Estado vir a sediar a décima quinta ZPE do país.

Durante o seminário, ocorrido das 8h30m às 17 horas na sede da Findes, o secretário executivo do Programa das ZPE's da SDR, Helson Braga, fez uma exposição sobre as determinações institucionais das ZPE's brasileiras. Seu assistente Ricardo Rodrigues detalhou para os empresários como deverão se comportar as empresas instaladas em uma ZPE. Os técnicos federais frisaram que a ZPE permite uma ampla liberdade para o empresário exportar a sua produção.

Transporte

O secretário estadual do Desenvolvimento Econômico, Paulo Augusto Vivacqua, vê a

AJ22326



Foto de Chico Guedes

Os técnicos discutiram com os empresários as vantagens da ZPE

ZPE como indutora do crescimento regional, uma vez que o Espírito Santo já possui "excelentes meios de transporte". O secretário executivo Helson Braga deixou uma advertência: "Não se pode pensar em ZPE com uma mentalidade de se empregar um ex-senador não eleito na administração da zona de processamento". O assessor Rodrigues não deixou de lembrar que a ZPE não traz uma concorrência predatória à indústria nacional, porque as vendas de sua produção são vedadas ao mercado interno.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Newton Rabello de Castro, fez um histórico sobre as origens

das ZPE's, que se proliferaram a partir da década de 60. Atualmente, 57 países possuem esses enclaves de liberdade industrial em seus territórios. O professor reclamou da existência de um "cartório" no Brasil, que inibe uma facilidade para abertura de uma ZPE, como nos Estados Unidos, onde existem mais de 250 ZPE's. O professor Orlando Caliman participou também do seminário, expressando preocupação com a proliferação desordenada de ZPE's. Na parte da tarde, o seminário teve uma mesa-redonda, com o ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos sendo o moderador.

CNI tenta reter importações

Brasília — O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, entregará um documento ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, na próxima terça-feira, protestando contra a antecipação de seis meses no programa de redução das alíquotas do Imposto de Importação. Albano disse ontem que vai mostrar, com dados concretos, o prejuízo que a medida traz às indústrias, especialmente da área de bens de capital. Segundo o senador, as empresas nacionais não têm condições de enfrentar a concorrência dos produtos estrangeiros a preços mais compensatórios no mercado local.

Ontem, Albano fez um discurso no Senado — para um plenário praticamente vazio — protestando contra o encurtamento do cronograma das

tarifas de implantação. Ele também reclamou da ausência de medidas de combate à inflação compatíveis com a retomada do desenvolvimento econômico. "O país não tem mais condições de suportar recessão e juros exorbitantes por mais tempo", alertou.

Albano Franco disse que o cronograma original da reforma tarifária — que entrou em vigor em junho de 1991 — embora já fosse acelerado, foi aceito como um desafio pelas indústrias. Conforme a proposta original, a tarifa média do tributo baixaria para 25% em fevereiro de 1991; 21% em janeiro de 1992; 17% em janeiro de 1993 e de 14% em janeiro de 1994. A alteração no cronograma, segundo ele, estipulou 17% para outubro de 1992 e 14% para julho de 1993. A mudança, afirmou, embora não pareça, representa uma pressão enorme sobre a indústria.

Gatt quer concessões do país

Brasília — O diretor-geral do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), Arthur Dunkel, alertou o Governo brasileiro para a necessidade de promover concessões nas suas políticas relativas aos acessos a mercados e serviços para facilitar os entendimentos no âmbito da chamada Rodada Uruguai. Em resposta, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, disse que o Brasil está disposto a negociar, desde que seja possível obter concessões na liberalização do comércio agrícola e no controle dos subsídios do setor. "A dramatização é parte do jogo", argumentou Dunkel.

Arthur Kunkel se reuniu também com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e com o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Paulino Garcia. Hoje, ele participará de um seminário, no Rio de Janeiro, promovido pela Fundação Getúlio Vargas. Segundo o embaixador brasileiro no Gatt, Celso

Amorim, o país já está examinando "ajustes" na emissão das licenças de importação (que deverão ser automáticas) e na regulamentação sobre programas de computação.

Celso Lafer reiterou ao diretor-geral do Gatt que "o eventual malogro da Rodada Uruguai comprometeria os objetivos de liberalização comercial promovida pelo Governo brasileiro e que está no cerne mesmo do programa de modernização econômica do país", salientando que "o surto protecionista que inevitavelmente se seguiria a tal malogro poria em risco a própria sobrevivência do sistema multilateral de comércio, em detrimento de todos";

"O Governo brasileiro considera que a conclusão exitosa a curto prazo, da Rodada Uruguai, e o fortalecimento do sistema multilateral de comércio são vitais para os objetivos de expansão do intercâmbio mundial de bens", disse Celso Lafer.